

O local, o nacional e o global na geografia e as práticas escolares*

Maria Encarnação Beltrão Sposito **

Resumo

No mundo atual, os educadores e, dentre eles, os que ensinam Geografia enfrentam o desafio de oferecer elementos para a compreensão e transformação de uma realidade que se transforma aceleradamente.

Considerar a articulação complexa entre as escalas, a partir dos quais se estrutura o sistema-mundo, é o primeiro passo na direção de se apreender o escopo e a natureza das mudanças em curso, considerando-se a gênese do processo de internacionalização da economia, que sustenta o desenvolvimento capitalista.

As possibilidades e limites de construção de uma sociedade mais justa e humana passam, por um lado, pelo desvendamento das formas como se relacionam o espaço e o tempo, na atualidade, e, por outro, pelo reconhecimento claro dos impasses e conflitos que marcam nossa sociedade.

Palavras chaves: Mundialização; Ensino de Geografia.

* Texto de apoio à palestra proferida na abertura da XXI SEMAGEO - Semana de Geografia da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, realizada em maio de 2000.

** Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Presidente Prudente (sposito@prudenet.com.br).

Abstract

In today's world, educators and, among them, the ones teaching Geography, face the challenge of offering elements for the understanding and transformation of a fast changing reality.

Considering the complex articulation among the scales, from which the structure system-world is structured, is the first step in direction to learning the scope and the nature of the changes in progress, taking into account the genesis of the economic internationalization process that sustains capitalist development.

The possibilities and limits for framing a more humane and fair society are linked, on the one hand, to the unveiling of the ways space and time relate nowadays and, on the other hand, by the clear recognition of the impasse and the conflicts that mark our society.

Key words: Worldization; Geography Teaching.

Pensar o mundo contemporâneo, cujo ritmo acelerado de transformações combina com uma articulação complexa entre escalas – da local à global – é um desafio.

Este texto contém algumas idéias que poderão contribuir para um debate em construção e parece-nos que o papel dos geógrafos nesse processo é de importância significativa, num período da História em que o território e a distribuição dos investimentos sobre ele definem diferenças que têm grande peso na definição das possibilidades e limites que as diversas parcelas da sociedade enfrentam para participar da riqueza produzida socialmente¹.

Assim, o ensino da Geografia torna-se tanto mais importante, uma vez que o conhecimento dessas diferenças e das

¹ Para refletir sobre a importância da incorporação do meio técnico-científico sobre o território como condição para a compreensão do mundo contemporâneo, ver Santos (1996).

dinâmicas e relações que as engendram, pode ser instrumento de consciência e mudança².

Este texto está organizado em três partes.

Primeiramente, buscamos apresentar alguns elementos para que se apreenda a gênese do que podemos chamar de mundo atual e qual o desafio que se apresenta para a Educação e para os educadores.

Em seguida, procuramos destacar os traços principais desse espaço/tempo para se compreender as possibilidades e limites que se nos apresentam.

Por fim, apresentamos o que consideramos como os conflitos e impasses a serem enfrentados para que efetivas mudanças possam se processar.

Não é demais advertir ao leitor o caráter introdutório desse debate, baseado em idéias de outros autores, mas que se apresentam, pretensamente, articuladas pelo tema que nos foi proposto.

I

Se tomarmos como referência os primeiros grupos humanos, verificamos que diferentes povos viveram sem que uns tomassem conhecimento dos outros e sem que se pudesse, ao menos, tomar consciência das diferenças.

O sedentarismo, a capacidade de produção de excedente alimentar e a organização social dos grupos humanos a partir de uma diferenciação de papéis permitiram a origem das cidades e a

² Freqüentemente a mídia e práticas políticas neo-liberais têm defendido a idéia de que só haveria para os Estados-nações uma hipótese – a de maior e melhor inserção numa economia globalizada. Em Santos (2000), o leitor encontrará uma reflexão sobre as possibilidades de construção de “uma outra globalização”. Em Dupas (2000), há uma discussão sobre as contradições do progresso e do aumento da presença de tecnologia na vida contemporânea, oferecendo-se elementos para se pensar novas perspectivas para a sociedade.

distinção, no plano territorial, daquilo que veio a se denominar o campo³.

Esse processo, iniciado há cerca de 5.500 anos, possibilitou a organização de impérios que atingiram elevado grau de complexidade, os quais, se comparados às formas de vida dos grupos nômades da Pré-história, chegaram a dominar extensos territórios (Impérios Romano, Chinês ou Asteca), mas estiveram longe da constituição de uma “*economia-mundo*”, para se adotar o conceito de Braudel.

Se partirmos da Pré-história e chegarmos à Idade Média, o que podemos reconhecer é um mundo de diferenças, no qual a consciência sobre elas era difusa e/ou restrita a um número muito pequeno de pessoas e, mesmo nesses casos, não se atingia a escala mundial: “*Eram Histórias diversas, muitas das quais sem nenhuma comunicação entre si*”⁴.

A diferença e o baixo nível de relação entre sociedades e grupos permitem-nos considerar esse longo período como de diversidade política, cultural, étnica, social e natural.

Essa diversidade vem sendo alterada, e não necessariamente anulada, por sucessivas ondas de ampliação das relações entre sociedades de diferentes padrões de organização e níveis de conhecimento. É temerária a definição de parâmetros temporais exatos para o reconhecimento do início desse processo, mas, considerando-se a Europa Ocidental, pode-se afirmar que sua origem se encontra na etapa da acumulação primitiva do capital, passagem do modo feudal de produção para o modo capitalista de produção.

Também não há consenso sobre a denominação que devemos atribuir a esse processo, porque essa conceituação depende do momento de sua evolução e da perspectiva a partir da qual o reconhecemos, que pode ser política, econômica, social,

³ Muitos autores analisam esse processo. O leitor encontrará no primeiro capítulo do livro de Singer (1977) um enfoque sucinto e profundo das condições que originaram a urbanização.

⁴ Morin, 1993, p. 18.

cultural etc, por isso a ampliação das relações entre as sociedades pode ser reconhecida diferentemente como: constituição de um sistema-mundo ou de uma economia-mundo, internacionalização, planetarização, mundialização, globalização..., sendo que para cada conceito que adotarmos, teremos parâmetros temporais e espaciais diferentes.

De qualquer forma, estamos em um mundo que se estruturou, desde a Idade Moderna, pela intensificação de relações econômicas internacionais, fundamentais para a constituição e reprodução do modo capitalista de produção.

Paradoxalmente, esse processo foi deliberado por jovens e pequenas nações que se lançaram à conquista do Globo, através da aventura e da guerra, suscitando o início de uma era planetária, quando ao final do século XV, as mais importantes civilizações eram a China (dos Mings) e a Índia (mongol), além dos Impérios Otomano, Inca e Asteca.⁵

A procura de estabelecimento de relações internacionais no plano mundial tem, portanto, cinco séculos e pode ser observada em diferentes planos:

- o das conquistas que geraram a colonização, cuja ética marca, ainda, o mundo contemporâneo;
- o dos deslocamentos humanos, que se promoveram para ocupar as terras “conquistadas”, inclusa, nessa dinâmica, a da escravidão;
- o das trocas vegetais e animais, inclusa as de micróbios, que difundiram as doenças⁶;
- o da mundialização⁷ da economia, cuja dinâmica se iniciou com as grandes companhias comerciais marítimas e se amplia com a financierização mediada pelas telecomunicações;
- o da ocidentalização do mundo, a partir da assunção dos ideais do Iluminismo (século XVIII), que separou o espírito da

⁵ Morin, 1993, p. 19.

⁶ Morin, 1993, p. 21.

⁷ Para uma análise da mundialização, ver Chesnais (1994) e Mamigonian (2000).

- razão, internacionalizando os princípios dos direitos humanos e dos direitos dos povos⁸ e, a esses ideais, acoplando os de progresso, desenvolvimento e, mais recentemente, de competitividade⁹;
- por fim, e mais recentemente, o da consciência sobre a nossa condição de seres planetários, dada pelas possibilidades técnicas de comunicação, pela existência de conflitos mundiais sobre os quais podemos ter notícias ou pela consciência acerca dos problemas ambientais¹⁰ ou econômicos, que não podem mais ser resolvidos nas escalas locais ou nacionais.

⁸ Morin, 1993, p. 25-26

⁹ Santos, 1993, p. 35

¹⁰ A consciência sobre as conseqüências da degradação ambiental ampliou-se significativamente na segunda metade do século XX, especialmente a partir de 1972, quando se realizou, em Estocolmo, a conferência sobre o meio ambiente, promovida pela ONU, encontro que estimulou a organização de movimentos ambientalistas e organizações não governamentais voltados à discussão e politização do debate em torno dessa problemática. No entanto, nem sempre esse debate consegue se pautar nos elementos fundamentais para sua compreensão, de um lado, porque ele se radicaliza em torno de posições anti-capitalistas, sem que se considere que as experiências socialistas vivenciadas no século XX apoiaram-se em um industrialismo responsável, igualmente, por problemas ambientais e, de outro, porque muitos grupos defendem posições ‘românticas’ de uma volta à vida pautada apenas no mínimo necessário à sobrevivência. Ao nosso ver, é preciso considerar as mudanças recentes nas relações entre a Sociedade e a Natureza para que essa problemática possa ser repensada sobre novas bases, para o que muito contribuem as considerações apresentadas por Santos (1994, p. 19):

*“Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. Una, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora **unificada** pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas”.*

Como já frisamos, se consideramos essas grandes mudanças que propiciaram e ampliaram o estabelecimento dessas relações internacionais, encontramos, no desenvolvimento do modo capitalista de produção, a razão e o meio através dos quais essas mudanças ocorreram.

A acumulação de capitais, através do comércio e da usura, a sua reprodução, através do desenvolvimento industrial, que está passando por seu terceiro período de revolução, e a constituição de mercados consumidores de bens e serviços progressivamente mais amplos levam-nos a um momento avançado dessa internacionalização – o da globalização ou da mundialização¹¹ – que enceta um mundo de desigualdades.

Quando nos referimos a **diferenças**, pressupomos a possibilidade da diversidade e até da alteridade. Quando fazemos referência a **desigualdades**, pressupomos a comparação, a constatação das disparidades e a busca, mesmo que no plano da idealização ou do discurso, da igualdade.

Haesbaert¹² realiza uma discussão interessante sobre o par “des-igual/diferente”, na perspectiva de compreender a diversidade territorial do mundo contemporâneo. Ele estabelece paralelos entre essa reflexão e aquela realizada por dois outros autores. Segundo ele, Gibson reporta-se a dois discursos que marcam a interpretação da vida social nos anos 1980 e 1990, quais sejam “*os debates em torno da ‘polarização social’, que priorizam a desigualdade econômica e a estratificação em classes sociais e as teorias ou ‘representações da diferença’, que valorizam a construção social do gênero, etnia, sexualidade etc*”¹³. Bergson, por outro lado,

¹¹ A gênese do uso do termo globalização encontra-se na produção bibliográfica estadunidense, enquanto a formulação do conceito de mundialização é de origem francesa. Embora, pouco a pouco, imponha-se e se universalize o uso do conceito de globalização, o leitor poderá encontrar elementos para compreender as identidades e diferenças entre essas duas expressões em Sposito (1999).

¹² Haesbaert (1999).

¹³ Haesbaert, 1999, p. 23.

estabelece uma distinção entre “*diferenças de natureza*” e “*diferenças de grau ou de intensidade*”¹⁴.

Com base nesses autores, pode-se reconhecer que a tendência observada no modo capitalista de produção, de comparar o grau e a intensidade das dinâmicas e fatos, por meio de seus indicadores quantitativos, apóia-se na idéia de que haveria um único caminho ou forma de organização social e econômica tomados como padrão ou referência, a partir do qual se reconheceriam as desigualdades.

Haesbaert (1999, p. 24) destaca:

“O desigual, ou em outras palavras, a diferença de grau, exige sempre a referência a uma escala de valores-padrão frente à qual os processos são comparados, medidos ou mesmo hierarquizados, pois em toda medida entra um elemento de convenção”.

Numa análise mais severa, que buscasse o desvendar da essência dos fatos, poderíamos dizer que a preocupação com práticas escolares não emergiria em um espaço/tempo em que as diferenças fossem a marca reveladora das distinções entre nações, povos, sociedades, culturas, etnias, impérios, Estados..., pois se havia diferenças, conhecidas ou não, elas eram apenas as diferenças....

O processo de internacionalização da economia, iniciado pelos pequenos Estados que se tornaram potências imperiais européias, propiciou essa dinâmica de articulação crescente entre territórios, o que significa dizer relações de dominação entre povos ou constituição das condições políticas para uma estruturação econômica, crescentemente mais abrangente, para atingir, nesse fim de milênio, uma escala quase planetária.

¹⁴ Haesbaert, 1999, p. 22-23. O leitor também poderá encontrar em Bergson (1961) elementos para aprofundar essa reflexão a partir das noções de unidade e multiplicidade que são por ele discutidas em relação ao espaço e à duração.

Foi fundamental, nesse processo histórico, a constituição de uma Sociedade que, por falta de uma avaliação teórica melhor, vimos chamando de Sociedade Ocidental.

Essa constituição, alicerçada pelas possibilidades técnicas que ampliam as formas de comunicação (materiais e não-materiais), comandada pelos interesses de mercado que impõem, até certo ponto, a homogeneização dos valores e dos interesses de consumo e as práticas políticas cada vez mais preocupadas em transformar “os territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”¹⁵, têm levado, progressivamente, à **transformação das diferenças em desigualdades**.

Numa ‘economia-mundo’ de desigualdades, ou seja, de distinções que estão em comparação, que se articulam e se combinam, tornou-se necessária a definição de princípios que colocam, como meta, como hipótese ou como utopia, a busca da igualdade.

Em grande parte, é a busca dessa igualdade o que tem sustentado as práticas e, às vezes, apenas os discursos que buscam a universalização do ensino.

De um certo ponto de vista, poderíamos dizer que o direito à Educação é decorrência de um mundo que, pensado pelas suas desigualdades e não pelas diferenças, busca uma igualdade (sempre relativa). Sob essa perspectiva, haveria que se questionar o próprio sentido da Educação e da escolarização no mundo contemporâneo – o que remete à eterna e, de certa forma, falsa questão – se queremos a educação para a vida ou para o trabalho.

Deixando de lado esse dilema de difícil resolução, podemos de forma mais otimista pensar no direito à Educação como uma **conquista** ou como uma expressão da busca de uma **democracia**¹⁶ ou, talvez, como possibilidade de construção de uma **eqüidade** (e não de uma igualdade).

¹⁵ Santos (1994, p. 53)

¹⁶ Morin (2000, p. 107-109) ressalta que a democracia supõe diversidade de interesses e idéias e que sua vitalidade e produtividade depende de conflitos de idéias e de opiniões que se traduzem numa pluralidade que

No caso desse segundo plano de análise, ainda que considerando a mesma linha de raciocínio do primeiro – a de que vivemos em um mundo de desigualdades e não de diferenças – podemos, para refletir sobre as relações entre o Global, o Nacional, o Local e as práticas escolares, perguntar:

Quais as possibilidades reais de respeito ao Direito à Educação, e de realização social baseada nela, em uma Sociedade como a Ocidental, em um país como o Brasil?

É a constituição de um mundo em processo crescente de articulação que permite a consciência sobre o fato de que há uma humanidade. Em grande parte, somos uma humanidade, não porque conhecemos nossas diferenças, mas porque sabemos de nossas desigualdades ou porque buscamos utopicamente a igualdade.

Nesse contexto, cabem outras questões:

Qual o papel do nacional nesse esquema planetário?

Como a vida se constitui na escala local?

Quais as conseqüências desse conjunto de relações sobre as práticas escolares?

II

Considerando o tema proposto, minhas possibilidades de contribuir para o debate e a própria amplitude que as questões apresentadas encerram, destaco alguns pontos para a discussão.

Vivemos em uma Sociedade de Consumo Dirigido, na qual as forças hegemônicas, não apenas são as definidas pelo mercado, mas no período atual, pelos grandes conglomerados internacionais:

“A dimensão mundial é o mercado. A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica do engano.”

a torna complexa. Essa concepção identifica-se com a concepção de equidade discutida adiante neste texto.

“Quando o mundo assim feito está em toda a parte, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação.”¹⁷

A partir desse ponto de vista, poderíamos enveredar nossa reflexão para a discussão de qual o projeto de Brasil que vem se implantando desde o início do governo Collor e, de forma mais clara, desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Poucos divergiriam da constatação de que nosso projeto “nacional” é, em grande parte, servir aos interesses da ampliação das relações econômicas que sustentam uma economia mundial ditada pelos interesses das ‘organizações ditas mundiais’. E esse é um projeto político que precisa ser enfrentado.

Mas, apesar dele e, ainda, contra ele, a questão que se apresenta para nós educadores – os da Escola Fundamental e Média, como os da Universidade – é quais as condições – limites e possibilidades – que temos para tornar o acesso pleno à Educação uma realidade? Como construir, a partir de nossas práticas escolares, uma educação que não seja apenas a da inserção no mercado de trabalho (aquela promovida pela idéia de que há desigualdades a serem superadas), mas capaz, ao mesmo tempo, de oferecer elementos para a consciência, aceitação e convivência entre as diferenças?

Em relação ao Brasil, ressalto que há limites concretos e de difícil superação para a tarefa que se nos apresenta, que se fundam em processos e valores que são mais profundos e anteriores à política que se coloca em prática pelo atual governo nacional. Nosso passado colonial recente, nossos períodos sob governos ditatoriais e nossas disparidades socioeconômicas, para lembrar apenas de três traços, têm historicamente retardado a construção de um caminho mais sólido para a democracia (não apenas a das leis, mas aquela das práticas e valores sociais), nela incluso o Direito à

¹⁷ Santos, 1993, p. 36.

Educação, não apenas para a ampliação de indicadores estatísticos, tão propalados pelo atual governo.

As possibilidades de uma educação mais qualificada, num mundo que se quer global, mas que ainda é vivido no local articulado pelas decisões e interesses de escala nacional, passa pelo oferecimento, aos alunos, dos elementos necessários à compreensão desse próprio mundo.

Poder-se-ia dizer que compreender o mundo no qual se vive, sempre foi e sempre será a tarefa do educador. O que há de novo, como desafio para a Escola e para a Universidade, é encontrar o caminho para desempenhar o papel que sempre foi o seu, mas agora (sobretudo a partir da segunda metade do século XX), em um espaço-tempo que se contrai¹⁸, pelas possibilidades de comunicação, e se expande, pelas possibilidades de consciência acerca de sermos parte de uma economia mundial, de um lado, e da humanidade, de outro.

O desafio está em desempenhar o papel de oferecer elementos para a compreensão desse mundo, num período da história em que a mídia¹⁹ quer tomar e tem tomado para si esse papel.

¹⁸ Harvey (1989, p. 257-276) considera que, com a transição do fordismo para a acumulação flexível, vive-se uma intensa fase de compressão do tempo-espaço e apresenta, dentre outras, as seguintes determinações desse processo: - aceleração do tempo de giro na produção, na troca e no consumo; - volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas, idéias, valores e práticas; - implantação de sistemas de telecomunicações por satélite; - diminuição do custo dos transportes. Para o autor, no entanto, a aceleração do tempo e a diminuição das 'barreiras espaciais' não implicam em diminuição do significado do tempo e do espaço.

¹⁹ Para Santos (1993, p. 22):

"A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento."

Podemos, então, refletir sobre algumas possibilidades/desafios que se apresentam a nós – educadores – para que nossas práticas escolares e universitárias nos levem na perspectiva de uma **eqüidade**, mais do que de uma **igualdade**.

A noção de eqüidade apresenta-se em contraposição, ou como superação do ideal de igualdade. Quanto mais complexas se tornam as sociedades, quanto maior o número de pessoas cujos interesses coletivos têm que ser administrados por um poder (municipal, estadual, federal ou supranacional), maiores são as desigualdades e menores as possibilidades de superá-las, sem que as diferenças sejam desrespeitadas.

Assim, é preciso que, no mundo contemporâneo, a idéia de igualdade seja substituída pela de eqüidade e essa, compreendida como um princípio de justiça que preza o que é devido a cada um, independentemente das leis ou do que seja assegurado pelo Direito²⁰. Trata-se, portanto, de se praticar desigualdades justas, necessárias socialmente para corrigir outras desigualdades.

A eqüidade, assim apresentada de forma sucinta, requer novos valores que conduzam novas práticas e, sobretudo, assumir-se que a mudança depende do diálogo entre diferenças de todas as naturezas (políticas, econômicas, sociais, culturais, estéticas...).

Depende, ainda, da ampliação do acesso às informações, acompanhada de condições para que a sociedade adquira e/ou amplie sua capacidade de compreender o mundo em que vive.

Para começar, quero destacar as marcas essenciais da vida contemporânea, ainda que algumas delas não sejam traços exclusivos do mundo atual:

- Concentração e extensão
- Territorialização e fluidez
- Permanência e mudança
- Articulação em múltiplas escalas.

A tendência à **concentração** pode ser observada no nível econômico. Todos os indicadores revelam que, durante o século

²⁰ Ascher, 1995, p. 191.

XX, foi marcante o aumento do número e crescimento dos grandes grupos econômicos, alguns dos quais organizados como conglomerados articulados por formas de concentração vertical e horizontal. A centralização política das decisões, acentuada, inclusive, pelo fato de que os Governos Nacionais de muitos países desempenham, cada vez mais, o papel de facilitar a atuação desses grupos pode ser considerada, também, uma forma de concentração.

Esse processo de concentração econômica e política tem como decorrência a ampliação da escala de atuação desses grupos, cuja internacionalização se acentuou, inclusive, com o aumento da participação de seus negócios em países asiáticos e economias não tipicamente capitalistas. A **extensão** revela-se, assim, no plano territorial, à medida que essas escalas atingem o nível global.

A **territorialização** e a **fluidez** são características que decorrem e sustentam a concentração e a extensão. O controle de grande quantidade de capital nas mãos de alguns grupos permite investimentos significativos em infra-estrutura, equipamentos e capacitação de recursos humanos, de forma a se oferecerem condições extremamente favoráveis à atuação desses grupos econômicos, sendo que parte desses investimentos é realizada com recursos públicos.

No que se refere às infra-estruturas e alguns tipos de equipamentos, é preciso observar que os investimentos estão atrelados ao território e não são homogeneamente distribuídos do ponto de vista espacial. Assim, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, sistemas de telecomunicações ou pontos de emissão e recepção de informações a esses sistemas são "*objetos*", para utilizar o conceito de Santos²¹, que incorporados ou não a diferentes parcelas do espaço, qualificam-no mais ou menos para receber a atenção das grandes empresas e potencializar o grau de articulação de diferentes 'regiões' à economia globalizada²².

²¹ Santos, 1996.

²² Harvey (1989, p. 267) destaca que tem sido maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital, gerando a

Expressa-se, assim, uma territorialização do potencial diferenciado de participação dessas ‘regiões’, na economia contemporânea, como tem sido destacado:

*“As empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual”.*²³

Por outro lado e de forma contraditória e combinada, a força de trabalho – qualificada ou não – e o capital financeiro conhecem, no período atual, um grau de fluidez jamais observado em outro momento da história. Estão dadas as condições técnicas para tal, já que houve um enorme progresso nos sistemas de transporte e telecomunicações, no século XX, ampliando-se as formas e diminuindo-se o tempo necessário e o custo de realização dos deslocamentos de bens, mercadorias e informações.

A temporalidade da nossa existência social expressa-se pela combinação entre **mudanças** e **permanências**. É o peso e a forma como ambas se articulam o que define as diferentes formas de expressão do movimento da História. Em cada Sociedade, em cada tempo e em cada espaço, essa combinação se expressa de forma diferenciada.

Em qualquer tempo de História e de qualquer perspectiva a partir da qual se faça a sua leitura, é possível apreender a combinação entre mudanças e permanências. Braudel²⁴ adverte-nos sobre a necessidade de atentar para a “... íntima oposição, infinitamente, repetida, entre o instante e o tempo lento no decorrer”, sendo necessário, para esse autor, atentar-se para a pluralidade do tempo social. Da mesma forma, há necessidade de

“...produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de luxos de capital de espaço global altamente unificado”.

²³ Santos (2000, p. 33).

²⁴ Braudel (1972, p. 10).

se reconhecer que há espaços/tempos plenos de densidade de acontecimentos e mudanças e outros em que a frequência e a sucessão deles expressam-se por meio de uma predominância das permanências²⁵.

Em relação ao período atual, é preciso observar que há o peso dos interesses dos grandes grupos em promover mudanças, em ritmos cada vez mais acentuados, de um lado, para criar novas demandas e, de outro, para potencializar e ampliar as formas de acumulação e reprodução capitalistas.

Para compreender melhor o período atual, é preciso considerar que:

*“A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha a expressão maior e introduz um princípio de desordem. “Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo até recentemente. **O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações.**”(grifo nosso)*²⁶

Santos continua a desenvolver esse raciocínio, advertindo que se trata de uma crise persistente num período de características

²⁵ Sobre os ritmos, as mudanças e as permanências, as rupturas e as velocidades, ver, entre outros Grataloup (1995).

²⁶ Santos (2000, p. 33).

duradouras e que os motores e suportes de um e de outro – período e crise – não se instalam gradativamente ou, tampouco, são privilégio de alguns continentes ou países.

De um lado, essa constatação reforça os pares dialéticos concentração/extensão e territorialização/fluidez e, de outro, demonstra que há intensidade e velocidade nas transformações contemporâneas.

Vivemos num mundo em que o novo, muitas vezes, não passa de novidades que se apresentam como mercadorias (sejam bens, sejam serviços), as quais devem parecer indispensáveis para, depois, rapidamente, serem descartadas, como superadas, imprimindo uma velocidade inusitada às mudanças de valores, interesses e formas de consumo²⁷.

Giddens, também, destaca que as mudanças que afetam o mundo atual não se confinam a nenhuma área do globo, mas se estendem por quase toda parte; e, além disso, afirma que vivemos num mundo de transformações que afetam quase todos os aspectos do que fazemos.²⁸

Por outro lado, muitas permanências interessam a esse mesmo quadro econômico e ao conjunto de valores que o sustentam, pois as disparidades socioeconômicas são, elas mesmas, expressão e condição da ordem estabelecida. Por outro lado, as permanências podem resultar da tentativa, por parte de certos grupos, em resistir ao que tenta se impor como hegemônico e, nesse caso, as permanências podem ter um caráter perverso e não serem, necessariamente, capazes de fazer frente ao que quer se impor como global²⁹.

²⁷ Essa tendência é, para Santos (1994, p. 30-31), uma das dimensões do processo de “*aceleração contemporânea*”, que para ele resulta “... *também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante*” e “... *tem de ser vista como um momento coerente da História*”.

²⁸ Giddens (2000, p. 13 e 17)

²⁹ Poder-se-ia fazer um paralelo entre essa abordagem e aquela apresentada por Giddens (2000) que contrapõe, no mundo da

Sintetizando, o que há para se considerar, como relevante para compreender o período atual, é o peso e ritmo das mudanças, frente ao conjunto das permanências.

As **articulações entre múltiplas escalas** não são, propriamente, uma marca do mundo contemporâneo. Desde a Antiguidade, observa-se que a formação de Impérios expressa a constituição de Sociedades cujas formas de organização eram fortemente apoiadas na expansão de seus territórios de poder econômico e político, revelando escalas de atuação bastante expressivas, considerando-se o nível e as formas de transporte e comunicações tecnicamente possíveis. Tomando-se o Império Romano, como exemplo, pode-se notar que sua organização política estava fortemente apoiada na rede de cidades que ia se fortalecendo, à medida que o Império se expandia, através do domínio de diferentes nações. Os fluxos que definiam a constituição dessa rede de cidades eram do tipo hierárquico e seu nó principal estava sediado em Roma.

Analisando as escalas de atuação dos grupos econômicos (ou dos sindicatos, ou das organizações não governamentais, ou dos grupos de pesquisa, ou...), percebe-se o interesse cada vez

globalização, a tendência ao aumento dos riscos à do recrudescimento das tradições. Para esse autor, *“nossa época não é mais perigosa – nem mais arriscada – que as de gerações precedentes, mas o equilíbrio de riscos e perigos alterou (sic)”* (p. 43-44) e segue considerando que a globalização leva as instituições públicas e a vida cotidiana a se libertarem da tradição, sendo esse o cerne da *‘sociedade cosmopolita global emergente’*. No entanto, isso não significaria que a tradição tenha desaparecido, mas apenas que se trata, cada vez mais, de uma tradição sustentada por diferentes formas de fundamentalismos. Para ele:

“Fundamentalismo é tradição sitiada. É tradição defendida de maneira tradicional – por referência à verdade ritual – num mundo globalizante que exige razões. O fundamentalismo, portanto, nada tem a ver com o contexto das crenças, religiosas ou outras. O que importa é o modo como a verdade das crenças é defendida ou sustentada” (p. 58).

maior pela organização em rede, mas não apenas definidas por relações hierárquicas, as quais permanecem com grande força, mas também por práticas competitivas e interações de cooperação ou complementaridade.

Assim, embora grandes metrópoles continuem a ser pontos-chaves na economia capitalista, algumas delas desempenhando o papel de cidades mundiais ou globais, atividades de importância no que se refere à produção, à inovação ou à prestação de serviços especializados estão se realizando em centros urbanos menores que estão articulados a centros urbanos de maior importância. Dessa forma, o que temos é uma complexidade grande na configuração dos fluxos que se estabelecem, permitindo que se observe, no mundo contemporâneo, a constituição de redes de redes, pois um mesmo ponto do território se articula, para diferentes papéis que desempenha, a outros tantos pontos do território, com relações de diferentes tipos (hierárquicas, competitivas e complementares)³⁰.

As novas formas de articulação entre as escalas resultam, em grande parte, do aumento das determinações de nível global, sobre as decisões políticas e práticas sociais realizadas no nível local. Essa relação entre o global e o local não é, absolutamente, direta. Em primeiro lugar, porque, como já foi destacado, os governos nacionais, diretamente ou por meio de ajuda aos governos municipais, exercem um importante papel o qual, na maior parte das vezes, tem sido o de adaptar o local, no sentido de tornar mais atraente, aos interesses globais. Em segundo lugar, porque, em países como o Brasil, o nível de industrialização e a potencialidade para a venda de bens e serviços, decorrência direta do tamanho do mercado, têm permitido a expansão e consolidação do capital nacional que, pouco a pouco, com a formação do Mercosul, torna-se, também, multinacional.

Esses três pares dialéticos e a articulação entre as escalas, que funciona como um fio condutor entre eles, devem ser tomados como essenciais para a condução de uma educação capaz de

³⁰ Para aprofundar a compreensão dessa dinâmica, ver Camagni (1993a e 1993b), Corrêa (1999), Castells (1999), Veltz (1995) e Savy (1995).

constituir sujeitos políticos. Em todos eles, há uma dimensão geográfica possível de ser trabalhada, independente dos conteúdos, da seriação, da seqüência e, sob alguns pontos de vista, do enfoque teórico-metodológico que se quer adotar.

Não se trata, pois, ao meu ver, de uma receita para o ensino fundamental, médio ou universitário, mas de preocupações que deveriam conduzir nossas práticas. Ter como meta fazer nossos alunos compreenderem o que há de peculiar ao nosso tempo, à luz dos outros tempos. E torná-los capazes de avaliar e conhecer nossos espaços (do local ao nacional) à luz do que se institui como global ou mundial.

Se os pontos destacados forem avaliados como interessantes para nortear a ação docente e a relação ensino-aprendizagem, o leitor terá que considerar, então, três características do mundo contemporâneo que são a essência de suas marcas: - nossa dinâmica é múltipla; - movimenta-se em ritmos acelerados e não necessariamente na mesma cadência; e - é, extremamente, complexa.

III

Pelo que desenvolvemos nos itens anteriores, verifica-se que há um mundo em globalização, independentemente do que há de bom e do que há de ruim nesse processo. Há, ainda, as ‘singularidades’ de nossa formação socioespacial.

Para aprofundar a reflexão, a partir de outra perspectiva, gostaríamos de sugerir que é importante avaliar, ainda, os limites a serem enfrentados para a construção de uma Educação mais eqüitativa. Eles resultam dos conflitos e impasses que são o ‘universal’ na Sociedade Ocidental e podemos sintetizá-los em três pares dialéticos e contraditórios:

- Interesses Individuais x Interesses Coletivos
- Público x Privado
- Natureza x Sociedade

Evidentemente, os conflitos e impasses gerados por esses pares não são exclusivos de nossa formação socioespacial ou de nosso tempo, mas há para se destacar alguns pontos.

Observa-se, no mundo atual, a acentuação da prevalência do **individual** sobre o **coletivo** e não há grandes possibilidades de reversão das disparidades socioeconômicas e de respeito às diferenças, se essa tendência não for revertida.

Esse conflito remonta à origem das sociedades de classes, mas pode ser avaliado à luz de suas nuances contemporâneas para se compreender o impasse que se apresenta.

Ascher³¹ reporta-se a três grandes conflitos que dificultam o respeito aos interesses gerais, no que se refere à história do urbanismo e do *aménagement*. Esses mesmos conflitos podem ser generalizados para se discutir as relações entre o individual e o coletivo no mundo atual.

Ele menciona, primeiramente, a oposição entre Platão e Aristóteles, revelando a distinção entre uma concepção de interesse geral fundamentada nos interesses particulares e a concepção de um interesse geral próprio da coletividade estatal que paira sobre a dimensão social.

Diretamente associado a esse primeiro conflito, o autor lembra da oposição entre uma concepção centralizada e unitária de interesse geral que se impõe a todos (baseada em Rousseau ou Hegel) e uma concepção de interesse geral descentralizada, arbitrada e resultante de um pacto dinâmico entre os interesses particulares (fundamentada em Constant e Tocqueville).

Por fim, Ascher refere-se ao conflito que opõe um interesse geral totalizante e unânime, que é o de todos, e um interesse geral relativo que evolui e é o da maioria, destacando que *“a crise contemporânea da ideologia do interesse geral exprime de uma certa maneira a reativação desses três tipos de conflitos”*³².

Poder-se-ia concluir sobre a impossibilidade de superação desses conflitos nos marcos econômicos, políticos, culturais e

³¹ Ascher, 1995, p. 162 e seguintes.

³² Ascher, 1995, p. 165.

ideológicos do modo capitalista de produção. No entanto, ao menos três experiências brasileiras, entre outras que poderiam ser citadas, apontam para a necessidade de se buscar mais os caminhos para a construção do novo, do que propriamente o que deles deverá, necessariamente, resultar ou não.

Fazemos referência, primeiramente, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que há mais de uma década vem se posicionando e construindo sujeitos políticos no processo de luta pela terra e questionamento da estrutura fundiária rural no Brasil³³.

Outra experiência a ser observada, na perspectiva de amenizar a prevalência dos interesses individuais sobre os coletivos, é a dos Conselhos Municipais instituídos em vários municípios brasileiros, compostos por representantes dos poderes executivo, legislativo, judiciário, mas, em sua maior parte, da Sociedade Civil. Eles têm sido, em alguns casos, fóruns qualificados nos quais se discutem problemas, no plano político e no plano técnico, com vistas à tomada de decisões que resultam do consenso possível e transitório que se apresenta como solução, sempre relativa, para que se amenizem impasses gerados pelas relações entre interesses individuais e coletivos.

Por fim, é preciso tirar lições das experiências de construção de orçamentos participativos, implantadas em vários municípios em que o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder executivo e, hoje, já experimentadas por lideranças de outros partidos. Também, neste caso como no da experiência anterior³⁴, o

³³ Para compreender melhor a construção desse movimento, ler Fernandes (1996 e 2000).

³⁴ Nesses dois exemplos, ao nosso ver, podemos reconhecer verdadeiras experiências que podem ser identificadas como de governança (do inglês *governance*), ou seja, aquelas que resultam, simultaneamente, da cooperação entre poderes públicos de mesmo nível (municipal, por exemplo, para a tomada de decisões sobre espaços metropolitanos ou constituições de consórcios municipais), de níveis diferentes (locais, municipais, federais), entre esses e organismos internacionais

que se deve valorizar é o processo vivido, ainda que seus resultados sejam importantes, pois o fundamental para a construção de uma equidade é o processo de participação social que propicia a sujeitos sociais, que vivem realidades econômicas, espaciais e culturais bastante diversas, debaterem, dialogarem e efetivarem escolhas, ainda que estas ao serem feitas impliquem, por outro lado, em interesses e necessidades que não poderão ser atendidos³⁵.

Para a análise do par **público x privado** no mundo atual, ressaltamos a tendência à privatização do público e/ou à reversão do sentido coletivo da nossa existência.

Esse, talvez, seja um dos impasses sobre os quais o papel dos professores de Geografia seja fundamental, pois esse conflito revela-se, de forma contundente, por meio das formas de produção e apropriação do espaço.

Levar os alunos a compreender os processos de caráter mais amplo e as dinâmicas mais específicas que orientam o uso dos espaços é, talvez, o melhor caminho para se questionar a convivência com a tradição de nossa formação social, segundo a qual o que é público não é de ninguém e pode ser apropriado individualmente.

Nas cidades, os espaços públicos têm sido desvalorizados, no nível objetivo e no plano simbólico, em favor da sobrevalorização dos espaços privados de consumo e lazer e, por outro lado, onde a rua não é mais do que o lugar pelo qual passam os veículos automotores. Há, aí, um campo fértil para o trabalho do professor de Geografia que queira contribuir para a retomada dos espaços públicos para a vida social.

Em terceiro lugar, propomos que se desenvolva um trabalho qualificado, no plano científico e no plano político, de oferecer elementos para que os alunos compreendam as relações **Sociedade x Natureza** no mundo atual. Sem que se avaliem os interesses que impõem um ritmo avassalador à produção e ao

(organizações não governamentais ou supra-nacionais), mas, sobretudo, entre governantes e governados.

³⁵ Para aprofundar essa questão, ver Souza (2000).

consumo, no plano econômico e social, sem a consideração dos limites de nosso quadro natural, não há possibilidades reais de reconstrução das nossas bases sociais.

Para finalizar este texto, deixando o debate em aberto, registramos a importância de se estar comprometido não apenas com a análise ou com a constatação da realidade, mas politicamente com sua mudança.

É com essa perspectiva que consideramos necessário ter **utopias**, não aquelas que sustentam as práticas românticas que só reforçam o presente, mas as que, revelando um compromisso político com a mudança, estimulam as práticas que, se não são revolucionárias, contêm a possibilidade do novo.

Não temos a pretensão de apontar os caminhos para a (re)constituição de uma Educação com menos desigualdades e por isso, continente da possibilidade de convivência entre as diferenças e de construção da equidade, mas, apenas, lembramos que já temos sido capazes de vivenciar experiências inovadoras e não apenas novidadeiras, que somos criativos e que devemos ser sujeitos da História e não objeto dela.

Referências bibliográficas

- ASCHER, François. **Métapolis ou l'avenir des Villes**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.
- BERGSON, Henri. **Essai su lês données immédiates de la conscience**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961 (original de 1927).
- CAMAGNI, Roberto. Organisation économique et réseaux de villes. In: SALLES, Allain (dir.) **Les Villes, lieux d'Europe**. Paris: Éditions del'Aube, 1993a, p. 107-138.
- CAMAGNI, Roberto. Réseaux de coopération et réseaux de Villes: éléments pour une théorisation et une taxonomie. In: **Métropoles en déséquilibre?** Actes du Colloque "Mutations Économiques et Urbanisation" – Lyon. Paris: Economica, 1993, p. 65-85.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas – cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de A., SILVA, Sylvio B. M. (org.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999, p. 65-70.
- DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GRATALOUP, Christian. Temps partiels. **EspacesTemps**. Paris: CNRS, n.59-61, 1995, p. 167-175.
- HAESBAERT (da Costa), Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói: UFF, vol. 1, n. 1, 1999, p. 15-39.
- MAMIGONIAN. Marxismo e Globalização: As origens da internacionalização mundial. In: SOUZA, Álvaro José et al (org.). **Milton Santos – cidadania e globalização**. Bauru: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000, p. 95 – 100.
- MORIN, Edgar. **Terre-patrie**. Paris: Seuil, 1993.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977 (4ª edição), p. 09-28.
- SAVY, Michel. Morphologie et géographie des réseaux. In: SAVY, Michel, VELTZ, Pierre. **Économie globale et reinvention du local**. Paris: Éditions de l'Aube, 1995, p. 85-94.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. **Terra Livre**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 15, 2000, p. 39-58.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Território, logística e mundialização do capital. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999, p. 99-113.
- VELTZ, Pierre. Firmes globales et territoires: des rapports ambivalents. In: SAVY, Michel, VELTZ, Pierre. **Économie globale et reinvention du local**. Paris: Éditions de l'Aube, 1995, p. 27-39.